

**ATA DA 180ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA DESENVOLVE SP – AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A., REALIZADA EM 14 DE ABRIL DE 2020.**

**CNPJ/MF: 10.663.610.0001/29**

-

**NIRE: 35300365968**

Aos catorze dias do mês de abril de 2020, às 17h00 horas, na Rua da Consolação, 371, nesta Capital, realizou-se a 180ª reunião (extraordinária) do Conselho de Administração da Desenvolve SP – Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A., CNPJ/MF: 10.663.610.0001/29, NIRE: 35300365968, sob a presidência do conselheiro Roberto Brás Matos Macedo, com a presença dos conselheiros Adailton Cesar da Costa Martins, Eduardo Marson Ferreira, Francisco Vidal Luna, Lídia Goldenstein, Luciana Leal Coelho e Nelson Antônio de Souza. A reunião foi realizada por meio eletrônico, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia, Artigo 13, parágrafo 7º. Para secretariar a reunião, foi indicada a senhora Gilmara Brancalion, Superintendente de Governança e Planejamento da Desenvolve SP. Aberta a reunião, os membros passaram para o único assunto constante da ordem do dia: atualização sobre as iniciativas de contingências realizadas pela Desenvolve SP, em combate ao impacto da COVID-19 no âmbito das empresas. Com a palavra o Sr. Nelson iniciou mencionando as ações já implantadas, conforme já apresentadas a este Conselho na última reunião, e o *status* das demandas dos pedidos de operações de crédito, especificamente de capital de giro, que aumentaram expressivamente no mês de março e abril, as quais totalizaram até 07/04/2020, 10.268 pedidos no valor de R\$ 11,4 bilhões. Comentou, também, que, desses pedidos, somente 25,77% (em quantidade), estão pré-qualificados para a tomada do crédito, sendo que os demais não se enquadraram nos critérios de análise prévia, conforme previstos na política de crédito vigente. Serão atendidas, prioritariamente, empresas de faturamento anual de até R\$ 10 milhões. Em seguida, detalhou sobre a liquidez e a necessidade de *funding* da Desenvolve SP para o atendimento dessas demandas. Informou que elas estão sendo acompanhadas diariamente pela comissão de monitoramento dos impactos econômicos do coronavírus, do governo do Estado, com a participação do Vice- Governador e coordenada pela Desenvolve SP, e que está em discussão um possível aporte de capital do Governo para a Desenvolve SP, de valor ainda a ser definido, mas que suporte grande parte dessa demanda, bem como outro aporte no fundo garantidor para facilitar o acesso das empresas e mitigar os riscos de crédito. Quanto às perspectivas de captação de recursos externos, comentou que solicitou ao BNDES aumento do limite da Desenvolve SP, e que recursos em negociação com as entidades internacionais serão utilizados para a retomada do crescimento em São Paulo, após a COVID 19. Para concluir, destacou que, em sua avaliação, o mercado está reticente por causa dos riscos, principalmente os bancos privados, mas que a Desenvolve SP deve fazer o seu papel, dentro de suas possibilidades com critérios e responsabilidades, tendo como opções fechar as operações. ou deixar a carteira aberta e buscar *funding*. O governo do Estado está ciente do atual cenário, e a expectativa é que ainda esta semana seja discutido o valor a ser aportado. Observou, também, que, devido às demandas, este Conselho terá que rediscutir o limite para capital de giro aprovado, de 30% da carteira. O Sr. Adailton mencionou a forte necessidade de acompanhamento da posição de caixa, frente às demandas, e da gestão dos riscos, bem como a criação de um grupo "*task force*" com dedicação integral para tomar a frente das negociações de captações nas instituições internacionais, e a necessidade de agendar uma

reunião com BNDES para aumentar o limite. Mencionou, também, dúvidas quanto à redução das taxas de juros e aumento das carências, sendo esse um movimento contrário ao dos bancos privados. E sugeriu as seguintes medidas: i) enviar carta à Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, ressaltando a necessidade de aporte de capital na Instituição, dado o empoçamento de liquidez nos grandes bancos que não estão atendendo as pequenas e médias empresas, e a imensa demanda de crédito das empresas paulistas. Esse aporte visaria proteger o caixa de liquidez da Desenvolve SP frente a futuras provisões de crédito relacionadas ao impacto negativo no PIB paulista causado pela pandemia; ii) o Conselho Monetário Nacional autorizou o Fundo Garantidor de Crédito (FGC) a dobrar a garantia em depósitos a prazo com garantia especial (DPGE), num instrumento preventivo para ajudar os bancos em atender seus clientes neste momento de crise. A expectativa é que essa medida abra a porta para liberação de limites maiores em linhas crédito. As IF's poderão captar em DPGE o valor equivalente ao seu patrimônio líquido. As agências de fomento têm, neste momento, uma demanda de crédito bastante elevada de empresas de pequeno e médio porte (PME), mas estão limitadas a recursos de repasses obrigatórios ou uso do seu caixa, apesar de terem um *portfólio* ativo em carteira. Enviar carta ao Banco Central para avaliar como as agências de fomento podem desenvolver ferramenta equivalente ao DPGE ou outros instrumentos para que possamos atender a demanda de crédito tão necessária às PME; iii) elaborar um relatório de fluxo de caixa projetado para 2020, com aplicação de índice mínimo de liquidez, com cenário de *stress* incluindo o PDD. O Sr. Nelson mencionou que o relatório já é elaborado, e que será enviado aos membros deste conselho. Quanto às sugestões de emissão das cartas, com o de acordo de todos os membros serão providenciadas. Observou, também, que a Superintendência de Relações Institucionais e de Mercado (SURIM) está destacada para todas as negociações de captações externas, e que ele está diretamente negociando os aportes com o governo do Estado e com o presidente do BNDES, e que as taxas de juros aplicadas pela Desenvolve SP, mesmo após a redução no período de contingências. de 1,27% a.m., está na média de mercado, sendo a mais baixa de 0,94% a.m. e a mais alta de 3,24% a.m., conforme pesquisa apresentada no *slide* 22. O Sr. Roberto Macedo solicitou, também, um relatório das liberações realizadas, com destaque para as operações enquadradas no plano de contingências. O Sr. Eduardo questionou sobre a capacidade operacional de infraestrutura de TI e de Recursos Humanos da Instituição. O Sr. Nelson mencionou que as operações estão na esteira eletrônica, e que, como são operações de capital de giro, os recursos humanos estão, por ora, atendendo às demandas. Sobre TI, mencionou que está em vias de contratação a PRODESP, para suporte tecnológico. A Sra. Lídia alertou sobre os impactos econômicos e futuras inadimplências no mercado, e, portanto, a necessidade de maior rigidez na análise do crédito priorizando empresas que apresentem potenciais de sustentabilidade em curto e médio prazo. O Sr. Francisco Luna apresentou a sua preocupação com a forte recessão, a queda de arrecadação do ICMS e de potenciais riscos em setores, como o de serviços, que deve sofrer impactos mais relevantes. E comentou que, enquanto não houver aporte de capital, as operações devem ser restringidas, alertando para potencial risco de imagem, considerando as propostas de contingenciamentos para o crédito e a falta de liquidez para suportar essas novas demandas. O Sr. Nelson observou que a diretoria está fazendo um acompanhamento rígido na liquidez de caixa,

preservando os recursos próprios e utilizando os recursos de terceiros, como os do FUNGETUR e do BNDES, e que, como já mencionado, somente 25,77% das empresas estão pré-qualificadas para a tomada do crédito, devido exatamente a rigidez de nossa política de crédito, lembrando que serão utilizados os fundos garantidores nas operações a serem liberadas. Quanto ao risco de imagem, a diretoria está com especial atenção, acompanhando sistematicamente as ações e a comunicação externa. Após amplo debate de todos os pontos aqui colocados, este Conselho decidiu: i) enviar carta à Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, ressaltando a necessidade de aporte de capital na Instituição; ii) enviar cartão Banco Central pedindo-lhe para avaliar como as agências de fomento podem desenvolver ferramenta equivalente ao DPGE, ou outros instrumentos para que possamos atender a demanda de crédito tão necessária às PME; iii) que fosse elaborado um relatório de fluxo de caixa projetado para 2020, com aplicação de índice mínimo de liquidez, com cenário de stress incluindo o PDD; iv) e, também, um relatório das liberações realizadas, com destaque para as operações enquadradas no plano de contingências. E recomendou: i) continuidade sistemática no acompanhamento do fluxo de caixa; ii) atenção especial ao risco de imagem da Instituição e do risco de crédito, sendo mais rigorosos nos critérios de crédito. Assim que os relatórios solicitados estiverem prontos, será agendada nova reunião. Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho declarou encerrada a reunião, solicitando que fosse lavrada a presente ata que, depois de lida e achada conforme, segue assinada por mim ....., Gilmara Brancalion, secretária do Conselho, e pelos Conselheiros de Administração presentes à reunião.

ROBERTO BRÁS MATOS MACEDO  
Presidente

ADAILTON CESAR DA COSTA MARTINS  
Conselheiro

ANDRÉ MARCOS FAVERO  
Conselheiro

EDUARDO MARSON FERREIRA  
Conselheiro

FRANCISCO VIDAL LUNA  
Conselheiro

LÍDIA GOLDENSTEIN  
Conselheira

LUCIANA LEAL COELHO  
Conselheira

NELSON ANTÔNIO DE SOUZA  
Conselheiro